

Professora de Joinville fará relato de experiência em livro do PDPI

Os alunos da professora Soraya Raquel nas três escolas em que leciona já estão acostumados com a dinâmica das aulas. A professora efetiva uma sequência de projetos de aprendizagem e de intervenção social.

Após participar de curso de aperfeiçoamento nos Estados Unidos, ela passou a priorizar a aprendizagem da habilidade do *speaking* (fala) em inglês.

Desde 2013, a professora mantém um blog. Em agosto ela foi convidada a relatar sua experiência num livro do PDPI, programa que participou no início deste ano.

Páginas 4 e 5



Em 2018, 526 professores de inglês de escolas públicas brasileiras fizeram curso nos Estados Unidos pelo PDPI

Jornal da Educação apoia:



O QUE FAZ O BOM ALUNO

- 1 PARTICIPA DAS ATIVIDADES PROPOSTAS
- 2 SE INTERESSA PELO PROGRAMA DO ANO
- 3 PRESTA ATENÇÃO NOS PROFESSORES E NOS COLEGAS
- 4 PERGUNTA QUANDO TEM DÚVIDA
- 5 PESQUISA OS TEMAS PROPOSTOS EM CLASSE POR CONTA PRÓPRIA
- 6 TRAZ NOVOS TEMAS PARA DISCUTIR EM CLASSE
- 7 FREQUENTA BIBLIOTECAS E EMPRESTA LIVROS
- 8 AJUDA QUEM TEM MAIS DIFICULDADE
- 9 RESPEITA A EQUIPE DE EDUCADORES
- 10 CONVERSA SEMPRE SOBRE A ESCOLA COM OS PAIS



www.educarparacrescer.com.br

Revista científica digital já está on line

O JE Caderno Científico lançado no final do mês de agosto é a nova publicação científica do estado de Santa Catarina.

Coordenado pelo professor Norberto Dallabrida, o Caderno foi criado para divulgar as pesquisas do setor educacional.

Podem ser enviados para análise da comissão científica, artigos científicos e de opinião, relatos de experiências e resenhas especialmente os produzidos por profissionais e pesquisadores da educação.

Pesquisadores, estudantes e profissionais da educação podem submeter seus trabalhos para a próxima edição.



Acesse - Leia - Divulgue!

www.jornaldaeducacao.inf.br/artigos-cientificos

Voto de brasileiros é procuração com deveres e direitos plenos

Em poucas semanas, as eleições para presidente, governadores, senadores e deputados serão coisa do passado. Exatamente como aconteceu nas demais eleições na história do país, o 'amor adolescente' do brasileiro pela democracia infante chega a seu auge junto com a contagem dos votos das urnas eletrônicas, e despenca no abismo do anúncio do resultado das eleições.

O brasileiro vota com paixão, não com razão. E, exatamente como acontece em nossa vida pessoal, as decisões tomadas no calor da emoção, seja positiva ou negativa, tendem ao equívoco eterno. Por isso o famoso, conte até dez antes de ...

Uma análise, mesmo que superficial do comportamento do eleitor brasileiro do pós Constituição Cidadã (1988), leva à conclusão de que ao confirmar o voto na urna eletrônica o brasileiro sente-se desobrigado de assumir as conseqüências de suas escolhas e abandona o político eleito a seus próprios interesses.

É como se ao apertar o botão CONFIRMA, o eleitor estivesse transferindo o cidadão que há em si para o candidato. E com esta transferência seguísse toda a responsabilidade pelos rumos da comunidade, do país, do estado ou do município. Nenhum governante ou legislador cai do céu ou do inferno. TODOS saem de uma urna eletrônica parido pelo voto da população 'adulta' do país.

Os profissionais da educação que convivem com a indiferença, para não

dizer abandono, das famílias para com seus filhos, dirão que é exatamente como têm feito grande parte dos pais com os próprios filhos matriculados nas escolas públicas. Tudo o que fazem é comparecerem na escola uma vez ao ano, por força da obrigação legal de assinar a ficha de matrícula de seus filhos.

Raras são as exceções entre os eleitores, assim como também são raros os pais que participam efetivamente da vida escolar de seus filhos ou dependentes. E pior é a constatação de que os próprios profissionais contribuíram para construir esta cultura de que o Estado é o provedor e algum político poderia ser o mágico salvador da Pátria Brasil.

Somos um povo estranho que continua a procurar, entre os políticos, o salvador da pátria. Foi assim com a implantação da reeleição, aprovada somente porque Fernando Henrique Cardoso precisava de mais tempo para colocar a economia brasileira na ordem mundial. E foi assim (e ainda esta sendo para algum brasileiro) com as eleições de Lula e seus apadrinhados por mais de uma década.

Apasionado pelas benesses que acredita receberá de seus candidatos, os eleitores da adolescente democracia brasileira, brigam, espalham fake news, discutem com os amigos e familiares tudo em nome de sua fé naquela lenda urbana em que transformou a performance do seu político de estimação. Somos um povo especialista em criar esse tipo de crenças populares.

Entretanto, como todo adolescente, concretizado o mito por meio do voto, o cidadão brasileiro esquece de acompanhar e avaliar as ações e o governo já nos meses seguintes a votação. É como se por meio do voto, assinasse um cheque em branco (coisa de tempos pré internet) para o candidato. Então, por quatro anos, o voto no 'representante' o dispensa de agir em favor de sua comunidade.

Também são raros os cidadãos brasileiros que raciocinam sobre o fato de vivermos em um país capitalista. Vale lembrar que neste regime econômico, tudo é medido pelo valor financeiro. Portanto, o que é gratuito, não tem valor. Ou seja, a educação pública e gratuita foi sendo desprovida de valor a medida que foram sendo incluídos os aparatos gratuitos: livros didáticos, uniforme (perdeu a identidade da escola), material (e com ele o conteúdo científico), merenda, etc...

Com este movimento, embora indispensável para manter muitas de nossas crianças nas escolas, foi sendo implantada a desobrigação dos pais em prover seus filhos dos bens de primeira necessidade: comida, vestuário, moradia e cuidados odontológicos e até afetivos. A professora foi transformada em tia e a escola em 2º lar.

Desse modo, os pais foram desobrigados de participar financeira e até mesmo afetivamente da vida escolar dos filhos.

O resultado é o que vemos. A grande maioria das famílias, especialmente as que recebem tudo gratuitamente,

não valorizam a escola como caminho para mudar a vida de seus membros. A escola perdeu seu valor, já que é gratuita e tudo o que é gratuito é desprovido de valor na sociedade capitalista.

Do mesmo modo, a força de trabalho, um dos bens mais preciosos na sociedade capitalista e o conhecimento a ela agregado, foi ganhando valor. E, na contra mão, a força de trabalho bruta, foi perdendo seu valor e postos progressivamente.

Nestas eleições de 2018, confrontamos dois modos opostos de administrar o país. De um lado, estão os que acreditam que esse movimento de transformar o Estado em provedor absoluto deve continuar a qualquer preço. E de outro, os que querem barrar o movimento que vem crescendo nos países da América Latina. Este segundo grupo, acredita no Estado mínimo e que o cidadão deva fazer a sua parte na construção de seu próprio patrimônio material e cultural.

A disputa está centralizada no cargo de presidente, como se o Brasil fosse um reinado em que o detentor da cetro do Planalto governasse sozinho. Esquecem-se que somos uma democracia em que o poder emana de seu voto e que, este mesmo voto é o recado mais claro e objetivo de que é preciso dar um basta nas ações do governo que lá está, seja no poder legislativo, seja no executivo ou mesmo no judiciário, já que este poder deve seguir as leis criadas pelos legisladores.

OPINIÃO DO LEITOR

Ensino básico de qualidade para o Brasil avançar

É bastante comum a indústria receber entre os candidatos a operadores para o estágio inicial da categoria pessoas que possuem ensino médio completo, mas que demonstram ter dificuldades para ler, escrever e entender textos, assim como realizar as quatro operações básicas da matemática.

Diante deste cenário, a empresa logicamente precisa complementar o conhecimento básico antes de oferecer uma qualificação técnica ao recém-contratado, afinal como ensinar controle e estatística de processo, que exigem o domínio de algumas contas, para uma pessoa que precisa operar um maquinário de R\$ 2 milhões, se ela não sabe somar, subtrair, dividir e multiplicar?

Assim, em vez de investir em eficiência de produção, por exemplo, com a modernização de seu parque de máquinas, a empresa retira parcela disso para proporcionar conhecimentos básicos de matemática e língua portuguesa, com o objetivo de preparar minimamente aquele profissional que irá trabalhar na indústria, o que reflete no aumento do custo de mão de obra. Significa ir ao sentido oposto: ter despesa onde deveria haver investimento.

Assim como no passado o Brasil já desenvolveu iniciativas voltadas para os ensinos técnico e superior, que foram muito importantes, o País precisa investir no ensino básico, do fundamental ao médio, para realmente oferecer uma base de ensino que habilite os jovens a progredirem para a educação mais avançada. Esta é também uma condição para se desenvolver a qualidade na indústria, a bandeira do Instituto da Qualidade Automotiva (IQA).

Países desenvolvidos, como a Alemanha e o Japão, ensinam noções de estatística para os estudantes mais novos porque possuem escolas bem estruturadas em diversos aspectos, como formação do professor, infraestrutura de instalações e até alimentação.

É fundamental oferecer cedo a oportunidade de conhecer as diversas disciplinas e seus desdobramentos, porque as crianças despertam o interesse pelas áreas humanas, exatas ou biológicas até os 10 anos de idade. Não adianta, por exemplo, tentar ensinar arte para um jovem no final da adolescência e início da idade adulta, caso ele não tenha tido contato com informações e opções básicas desta área, no período antes dos 10 anos. O mesmo vale para as áreas de humanas e exatas.

Por Flávio Nascimento Mateus (*)

Seria interessante o Brasil se inspirar na história da Coreia do Sul, que iniciou uma revolução educacional nos anos 1960, com prioridade de investimentos no ensino básico, e obteve excelentes resultados, deixando para trás aquela nação com baixos índices de desenvolvimento social ao final da década de 1950.

O Produto Interno Bruto (PIB) do país asiático, que era inferior ao do Brasil à época do início da revolução educacional coreana, é três vezes maior na atualidade.

Certamente, os resultados não são imediatos, mas o primeiro passo precisa ser dado para que os efeitos apareçam daqui a 30 ou 40 anos na direção do aumento de produtividade, qualidade e eficiência do Brasil. Mas isso somente será realidade se houver melhor capacitação da matéria-prima humana, que suporte a indústria nacional a acompanhar a velocidade do desenvolvimento de outras economias.

*Flávio Nascimento Mateus é engenheiro e diretor do Instituto da Qualidade Automotiva (IQA)

EXPEDIENTE

Ano XXXII - Nº 314 - 2018

Rua Padre Kolb, 99 BI 12/104
89202-350 Joinville - SC
Fone: (47) 3433 6120 e 984150630

Endereço Eletrônico:
www.jornaldaeducacao.inf.br
jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br

Jornalista Responsável:
Maria Goreti Gomes DRT/SC
ISSN 2237-2164
Reg. Especial de Título nº 0177593
Impressão: AN
Tiragem desta edição: 4000

Distribuição dirigida a assinantes, anunciantes e estabelecimentos de ensino dos municípios das regiões educacionais de Joinville e São Bento do Sul.

Os artigos e colunas assinados são de responsabilidade de seus autores

Um naufrágio anunciado

Por Pedro Flexa Ribeiro*

A divulgação da recente edição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) vem trazendo unânimes comentários de que, mais do que o retrato do momento, é preocupante a sequência de resultados monitorados ao longo das últimas edições do exame que mostram a educação brasileira ora avançando em marcha lenta, ora retrocedendo. É louvável o empenho do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) em desenvolver um sistema de avaliação que induza as escolas do país a aprimorar suas práticas.

O interesse nacional é o de elevar a qualidade do ensino, de ver valorizada atuação docente e de despertar na população brasileira a confiança em nosso sistema educacional. Há em cada escola do país professores sérios, engajados, e gestores empenhados em fazer seus alunos avançarem. A ninguém interessa deprimi-los nem semear desconfiança em relação ao trabalho que fazem.

Contudo, a sistemática repetição de maus resultados tornou-se um ritual já previsível, como se fosse um naufrágio com hora marcada, a se dar em latitude e longitude de antemão conhecidas. Cada edição do exame é como se o governo enviasse para aquelas coordenadas uma lancha com socorristas equipados com máquinas fotográficas. Uma vez no local, os especialistas testemunham os naufrágios a se debaterem e registram em imagens oficiais o seu afogamento.

Da experiência acumulada ao longo das sucessivas edições do SAEB, já se pode chegar a algumas conclusões. Dentre elas, a de que a simples reiteração de índices gerais e a mera constatação de uma realidade preocupante não têm sido suficientes para promover a sua superação. Máquinas fotográficas registram, mas não promovem o resgate nem salvam ninguém.

A simples publicação de índices pode apenas gerar rankings e comparações gerais, mas não apontam nenhuma informação relevante que aprimore práticas docentes. São constatações necessárias, mas como se tem visto, ainda superficiais e pouco efetivas para superação da realidade.

A divulgação da distribuição dos resultados por faixa de desempenho é um avanço apenas parcial, informação ainda vaga e

imprecisa. Saber quantos de seus alunos encontram-se abaixo do nível de desempenho esperado é informação insuficiente, que não indica ao professor que providências devem ser tomadas, tampouco permite que as escolas infiram que ajustes caberiam ser feitos.

Se o objetivo da expedição for “salvar os naufragos”, os organizadores deveriam passar a equipá-la com boas salvas vidas. Oferecê-las aos naufragos pode ser a estratégia para que futuros afogamentos não tornem a se repetir. A melhoria da qualidade do ensino virá na medida em que o avaliador passe a assegurar aos professores de cada escola um retorno que lhes permitam diagnósticos mais detalhados, que sugiram ajustes e apontem com precisão as correções de rumo necessárias ao trabalho que já fazem.

A informação realmente importante, e que pode ajudar as escolas a aprimorarem seu trabalho, implica a devolução, para cada instituição, do “raio-X” de como se saiu o conjunto de seus alunos em cada uma das questões da prova. O que importa é que as escolas saibam onde seus alunos erraram e o que lhes falta aprender: que aspectos, conteúdos ou competências precisavam ser cuidados e reforçados.

É responsabilidade do avaliador fazer com que cada escola que participou do exame receba essas informações completas, de forma clara e tratada. Não apenas compreensível e detalhada como também a tempo de serem consideradas no planejamento do próximo ano letivo e de inspirarem os ajustes necessários para a superação das dificuldades.

É preciso reconhecer que as dimensões continentais do Brasil trazem grandes desafios. Mas a eficácia da avaliação requer que seja assegurada às escolas a devolução de informações pertinentes e úteis. As eventuais dificuldades técnicas ou limitações logísticas do avaliador não revogam o fato incontornável de que o aprimoramento da qualidade do ensino requer informações relevantes. Nenhuma limitação técnica o desonera desse indispensável compromisso, necessário para que o grande investimento feito pelo país se justifique.

*Educador e Diretor do Centenário Colégio Andrews do Rio de Janeiro



As eleições e o ambiente de trabalho

As eleições estão chegando. Época de se informar e decidir qual governante melhor se enquadra em suas idéias. O voto é secreto e particular. De acordo com o Código Eleitoral, “Lei nº 4.737 Art. 2º: Todo poder emana do povo e será exercido, em seu nome, por mandatários escolhidos, direta e secretamente, dentre candidatos indicados por partidos políticos nacionais(...)”. Neste período é importante destacar quais condutas são permitidas ou não, e como lidar com acontecimentos incomuns no ambiente de trabalho, como indução de voto pelo empregador e eventual convocação do empregado para trabalhar como mesário nas eleições.

O empregador tem o poder de direção da empresa, portanto, poderá proibir, se assim desejar, por meio de norma regulamentadora interna, que os empregados façam propaganda própria, de candidatos ou de partidos políticos, no âmbito da

para os empregados, obrigar a participação em comícios ou, mais grave, ameaçar de demissão caso o empregado não vote em determinado candidato, constitui assédio moral passível de indenização, desde que se faça prova cabal de tais circunstâncias, pois supre do empregado o direito a escolher seu próprio candidato à eleição.

No tocante aos empregados que, em decorrência do contrato de trabalho, trabalham aos domingos, considerando a disposição dos arts. 234 e 297 do Código Eleitoral, poderá se ausentar do trabalho para votar, sem qualquer desconto em seu salário. Inclusive, caso o empregador não permita a saída do empregado para votação, poderá responder por crime eleitoral, punível com detenção de até seis meses e multa.

Caso o empregado seja convocado para trabalhar como mesário nas eleições, não poderá recusar, pois o serviço eleitoral é obrigatório, tendo preferência sobre



empresa sem prévia autorização.

Com relação às discussões políticas no ambiente de trabalho, é relevante recordar que o tempo à disposição da empresa caracteriza jornada de trabalho sendo remunerada pelo salário mensal.

Assim, se as discussões políticas no ambiente de trabalho foram realizadas durante o efetivo horário de trabalho comprometendo a produtividade dos serviços ou causando qualquer outro conflito no meio corporativo, o empregador poderá aplicar medidas disciplinares (advertências ou suspensões) de acordo com a gravidade do ato.

Porém, deve ter cautela para que tais medidas sejam razoáveis, sem qualquer discriminação e fundamentada por prova do ato praticado.

Por outro lado, impor candidato político

qualquer outro. Além de ser dispensado, o colaborador também terá direito à dispensa do serviço pelo dobro dos dias de convocação, também considerando desta conta eventual treinamento realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A participação do empregado será comprovada mediante declaração emitida pela Justiça Eleitoral registrando os dias trabalhados e dedicados ao treinamento. Mesmo sem definição expressa da lei, é recomendável ao empregador que conceda os dias de folga imediatamente após as eleições, mas é possível que se faça um acordo com seu empregado em data que for melhor para as partes.

Somente observado essas regras de condutas básicas que o poder de fato será exercido pelo povo e em benefício do povo.

Yolanda Robert – Advogada especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Consultora em remuneração estratégica. Diretora Jurídica Da ABRH – Joinville (2016/2018), Secretária Adjunta da OAB - Subseção de Joinville (2016/2018). Professora e Facilitadora de cursos e treinamentos na área trabalhista. Administradora do escritório Robert Advocacia e Consultoria.



PROFESSOR:
Seu trabalho resultou
em aprendizagem?

Mande sua sugestão de pauta:

jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br

www.facebook.com/Jornal da Educaçao
www.jornaldaeducacao.inf.br

Após estudar nos EUA, professora passou a priorizar a habilidade da fala

A professora de inglês Soraya Raquel Pereira, da E.M. Senador Carlos Gomes de Oliveira, foi convidada a relatar sua experiência de participar de treinamento no exterior no livro: “Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos - PDPI: Reflexões sobre formação continuada em contexto internacional”, a ser editado pela Fulbright-CAPES.



A professora e seus colegas brasileiros em curso na University of Texas, em Austin (USA)

Joinville – Seleccionada juntamente com outros 525 professores de inglês das redes públicas da educação básica e profissional de todo o Brasil, a professora participou da formação intensiva, com duração de seis semanas nos meses de janeiro e fevereiro, pela primeira vez. No início deste ano, Soraya abriu mão de suas férias e da convivência familiar e foi estudar na University of Texas, em Austin, Texas (USA).

Um total de 17 professores de inglês de escolas públicas catarinenses participaram da formação no início deste ano. As professoras Marilene Machado Reinert e Joseane Correa, ambas da rede municipal de Joinville, foram pela segunda vez no PDPI. A seletiva foi realizada no segundo semestre do ano passado.

Barreiras jurídicas

Apesar de ser um programa do MEC-CAPES envolvendo também os governos dos dois países, muitos professores enfrentam uma maratona jurídica para conseguir a licença para participar do curso. A legislação brasileira prevê que todo funcionário público deva ter autorização expressa para viajar ao exterior e para fazer curso com ou sem ônus para o poder público.

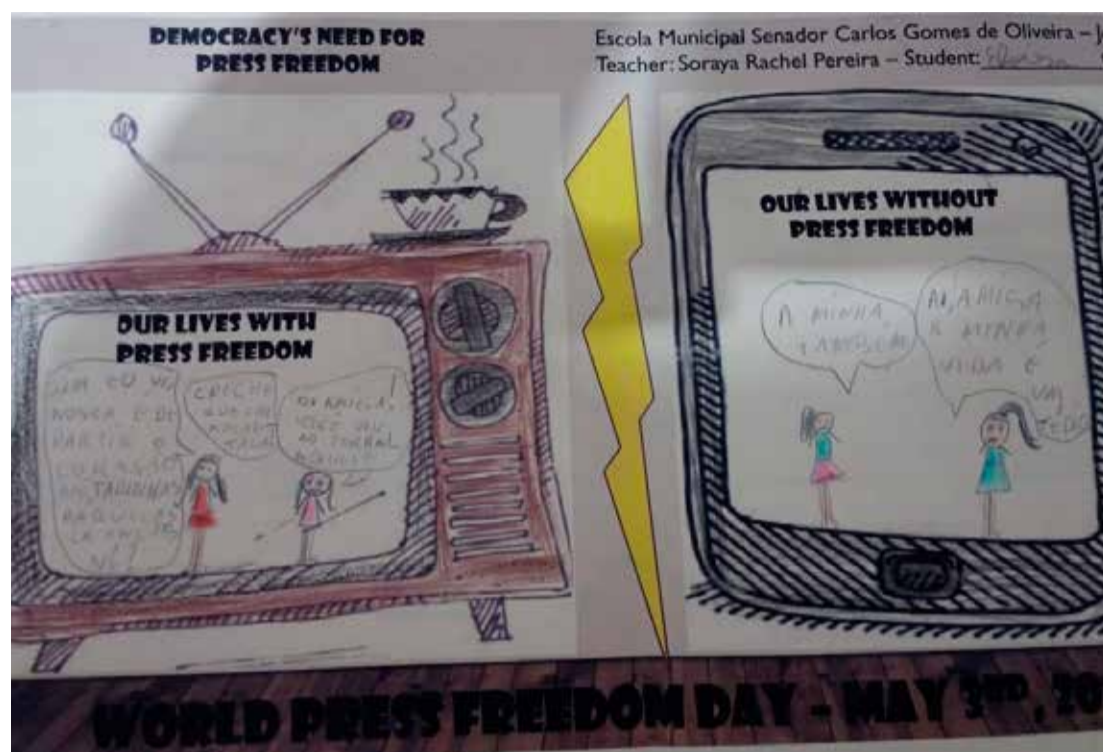
Os professores da rede estadual catarinense conseguem com mais facilidade a licença remunerada para participar do

PDPI, pois a licença é regulamentada pelo Decreto 879, de 14/03/2012.

Já, na rede municipal de Joinville, não há legislação específica para liberar professores com ou sem remuneração para participar de cursos de aperfeiçoamento no exterior. No caso da rede municipal de Joinville, a legislação é uma dificuldade a mais a ser enfrentada pelas professoras ou professores de língua inglesa após serem selecionados pelo programa em nível nacional.

Os selecionados pelo PDPI precisam passar por uma espécie de maratona jurídica. O esforço para tornar-se um professor ainda melhor, inclui adaptações na vida pessoal, inclusive no orçamento familiar, pois na maioria das vezes, é concedida licença sem remuneração. Mas há relatos absurdos de professoras que, em versões anteriores (desde 2013), tiveram que, apesar de estar em licença sem remuneração, providenciar inclusive professores substitutos.

A capacitação pelo PDPI compreende três modalidades de cursos: desenvolvimento de metodologias, dirigido a professores com conhecimentos avançados na língua inglesa; cursos de aprimoramento em inglês, nos níveis intermediários I e II, para educadores que necessitem melhorar habilidades específicas na língua. Nas três modalidades o curso é intensivo, tem duração de seis semanas, e abrange atividades acadêmicas e culturais.



Outros Intercâmbios

A carreira da professora Soraya teve início logo após a formatura. Em 2012, começou a trabalhar na rede municipal de ensino, nas escolas municipais ‘Enfermeira Hilda Anna Krisch’ (2012 a 2016) e na ‘Professora Eladir Skibinski’ (2012 a 2015). No ano seguinte, começou a trabalhar também no Centro Educacional Micherrot (desde 2013). Alunos e comunidade da Escola Municipal Emílio Paulo Roberto Hardt vivenciaram a prática da professora nos anos letivos de 2016 e 2017. Desde julho deste ano a professora trabalha também na rede estadual, no Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires (desde 31/07/2018).

Já nos primeiros anos de atividades, ainda durante o estágio probatório, realizou um projeto internacional de aprendizagem. Em 2013, efetivou o intercâmbio intitulado: **Um pouco de tudo: O contraste entre o Ensino Público Municipal de Joinville (SC) - Escola Municipal Profª Eladir Skibinski, com o do Ensino Público de Henry County (USA) - Stanleytown Elementary School (VA), EUA.**

Neste projeto, foram produzidos cartões postais, músicas sobre as rotinas, Yearbook (Anuário Fotográfico) e um documentário disponível no YouTube. Trailer: <https://bit.ly/2Px09rh>. O projeto foi apresentado na

FECITEJ – Feira de Ciência, Educação e Tecnologia.

Nos anos seguintes, envolveu os alunos em duas versões do programa *Box of Culture*, o primeiro com uma escola de Basildon, Inglaterra (cidade há 48 minutos de Londres) e o segundo com uma escola da Índia.

Em 2013, recebeu a professora Kavitha Nandakumar que venceu o concurso do British Council (Programa Connecting Classrooms), pelo intercâmbio realizado com ela. No ano seguinte, a brasileira retribuiu a visita, fazendo sua primeira viagem internacional de estudos.

Projetos de aprendizagem como *Entrepreneur Kids* (Crianças Empreendedoras), *The Clothesline Project of English* (O varal de inglês), *My Learning Diary* (Meu Diário de Aprendizagem), *Passport Project* (Projeto Passaporte), Projeto Profissão Repórter Investigativo: ‘Brincando’ de Repórter Mirim, *Assistant of the Teacher* (Assistentes da professora), *Saint Patrick’s Day*: Dia de São Patrício e *Halloween* podem ser acompanhados por seu blog bilíngue, criado em 2013 e já visitado por pessoas de sete países. Acesso: <http://teacher-soraya.blogspot.com> e <http://englishproject6abeladir2013.blogspot.com.br>

1987 - 2017

30

JORNAL DA EDUCAÇÃO

PROFESSOR: Seu trabalho resultou em mais aprendizagem?

Mande sua sugestão de pauta:
E-mail: jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br
www.facebook.com/Jornal da Educaçao

www.jornaldaeducacao.inf.br



Valorização do speaking

“Nos Estados Unidos tivemos sete disciplinas e passeios culturais, totalizando 180 horas de curso em seis semanas. Não lembro de ter aprendido nada parecido no Brasil anteriormente. Dentre as disciplinas, uma foi totalmente nova: *pronunciation*”.

Depois do curso, a professora passou a priorizar a habilidade de *speaking* (fala), com maior ênfase na qualidade da pronúncia tanto em sua formação, como na dos alunos. “Anteriormente, não era tanto a minha prioridade”. “A disciplina de *culture* também nos aproximou muito da cultura americana, pois precisávamos entrevistar americanos e fazer relatórios. Agora,

procuro sempre associar novos conteúdos com aspectos culturais”, acrescenta.

Atividades diferenciadas e sugestões de ferramentas tecnológicas foram outros ganhos. Por meio de um grupo no *Whats*, *App* e no *Facebook*, Soraya continua a troca de experiências com os professores americanos e ex-professores. “Fizemos muitos contatos e isso ampliou muito nosso *networking*. De vez em quando troco ideias com professores de todos os cantos do Brasil, sugerimos atividades e ajudamos uns aos outros”, completa.



Atividades diferenciadas

Entre os trabalhos realizados neste ano, a comemoração do *World Press Freedom Day*- Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, em 3 de maio. “Recebi email da Missão Diplomática dos Estados Unidos no Brasil, sugerindo trabalhar a data. O dia 3 de maio é uma homenagem a todos os profissionais que trabalham com a divulgação da informação, e muitos que, como os 800 na última década, acabaram perdendo suas vidas, em busca das melhores coberturas, sejam de guerras, manifestações, entre outros”, registrou a professora em sua página do Facebook.

“Divulguei ontem aos meus alunos do 4ºB, 6ºs A e C e 7ºA. Os alunos Rafael

da Rocha da Silva e Luiza Carolina Machado, do 6º ano C, da Escola Municipal Senador Carlos Gomes de Oliveira, aqui de Joinville, enviaram seus vídeos. Os trabalhos podem ser assistidos na página da professora no *Facebook*.”

“Um trabalho que amei fazer, após o curso, foi com turmas de 5º e 7º ano. Os 5ºs produziram vídeos apresentando as partes ou objetos da casa e o 7º fez um vídeo apresentando verbos relacionados à rotina. Foram trabalhos muito legais, pois focaram na habilidade de *listening* e *speaking*. O legal disso é que algumas famílias também ajudavam os alunos”, finaliza.

Psicologia e Educação

Um espaço de reflexão sobre ensinar, aprender, educar e viver

Coordenação Gilmar de Oliveira

A alfabetização em regiões pobres e o evidente atraso do desenvolvimento das crianças nos anos iniciais começaram a me intrigar. Por que crianças pobres, com pais de pouca instrução ou vítimas de negligência educacional (termo que cunhei para descrever a evasão escolar sem o devido resgate, escolas precárias, falta de metodologia e baixa qualidade de ensino) demoram mais ou tem muita dificuldade de se alfabetizar no primeiro ou no segundo ano?

Será que a baixa instrução dos pais ou o fato de não terem boas condições socioeconômicas interfere no desenvolvimento cognitivo? E como se dá esta interferência? É algo cultural? É filogenético ou ontogenético, seguindo os termos de Vitor da Fonseca? Tem a ver com a pouca importância dada à escolarização, por parte de famílias carentes? Ou tem a ver com a falta de planejamento e de políticas públicas de Educação Infantil?

Atualmente moro num bairro de classe média e de universitários da Zona Sul de João Pessoa, capital da Paraíba, próximo a várias universidades, cursinhos e escolas particulares. Um bairro

tiveram acesso à educação Infantil. Trabalho, como meus leitores sabem, parte da semana em uma escola da pública municipal, em um bairro muito pobre de João Pessoa. As famílias que ali moram, em grande parte nos conjuntos habitacionais populares, carecem de apoio, estrutura social, planejamento familiar e de escolaridade. Isso reflete na baixa renda e dificuldades de acesso, somado ao tradicional desprezo do Poder Público. Postos de saúde lotados, sem médicos e sem dentistas, as escolas superlotam e o povo fica sem o mínimo de qualidade de vida. Inauguram milhares de apartamentos, sem dotar a região de serviços de transporte, saúde, Educação, saneamento, lazer ou segurança e, o que já era precário, piora!

Os alunos destas regiões sem estrutura e obviamente, sem CEI's, chegam ao primeiro ano do Ensino Fundamental aos seis anos, com vocabulário muito restrito, problemas nutricionais, sem noção da função da escola, sem socialização, motricidade precária, noções de orientação espacial (fundamentais à aquisição da escrita e da leitura) e temporal e noções matemáticas típicas de crianças abaixo

A EDUCAÇÃO INFANTIL E AS PERIFERIAS: ONDE MORA O ATRASO ESCOLAR

que tem de tudo: shopping, restaurantes, vasto comércio, bancos, hospitais e clínicas, uns 5 postos de saúde e uma UPA enorme. As escolas públicas de maior IDEB da Paraíba estão por aqui. Os postos de saúde são organizados e limpos, com aspecto de novos. Por ter estas condições, atraí um público de renda mais alta. A Prefeitura de João Pessoa acaba de inaugurar um Centro de Educação Infantil (CEI) muito bonito e completo aqui no bairro. Quase na frente do Shopping e da UPA. Um espetáculo! Conta com toda a estrutura, profissionais qualificados, professores treinados, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos... salas planejadas, climatizadas, espaço para estimulação necessária às crianças matriculadas.

No início e no fim dos turnos há engarrafamentos de carros novos em frente ao CEI, truncando o trânsito com fila dupla, como se vê em toda escola particular, pois muitos pais podem ter dinheiro, mas carecem de civildade. Ou seja: o CEI construído neste bairro estruturado oferta vagas para pessoas que poderiam pagar pelo ensino privado. O ideal seria que todas CEI's fossem ofertadas a todas as pessoas, mas esta utopia ainda está longe de nossa realidade. E num país com desigualdades, a prioridade deve ser de estruturar áreas mais carentes. Deixar a maioria da periferia pobre sem nenhum acesso à Educação Infantil é um crime! E este crime cobra o preço: evasão escolar, criminalidade juvenil, pobreza. É visível o atraso das crianças que não

dos 5 anos. Uma defasagem enorme, resultando em déficits de aprendizagem e atraso cognitivo.

Sem estimulação cognitiva na 1ª infância atrasa-se todo o processo de alfabetização. Essas crianças precisam de um grande trabalho de base inicial, desde compreensão da rotina escolar, de convivência, de disciplina, de domínio motor para escrita, de consciência corporal, de letramento, de iniciação à alfabetização. Inclusive de brincadeiras, do lúdico, pois muitas ficam trancadas nos apartamentos, por medo da violência. Muitas desconhecem cores, não seguram o lápis na forma adequada, desenham pouco mais que rabiscos, com esquemas precários de simbolização e de representação gráfica. O que deveria se aprender na Educação Infantil, aos 3 - 4 anos só chega aos seis. Assim, vão se alfabetizar com 9 anos pois, sem estimulação, a plasticidade cerebral fica limitada, atrasando a aprendizagem. Gera-se assim o atraso na aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática e do raciocínio em geral. A maioria passa da 3ª série no máximo, silabando.

Só haverá maior qualidade de aprendizagem se os governos construírem CEI's em massa nas periferias pobres, e não em bairros onde as famílias podem custear o ensino dos filhos. Ou continuaremos a chorar por todas as mazelas das falhas no Ensino Fundamental, causadas pela ausência de acesso à Educação Infantil nas áreas carentes. Quanto mais cedo se ensina, melhor se aprende!

* Gilmar de Oliveira, psicólogo clínico e professor universitário; especialista em Neuropsicologia e Aprendizagem; Mestre em Educação e Cultura. E-mail: psicogilmar@gmail.com @psicogilmar facebook.com/psicogilmar



Coordenação: Professor Dr Leandro Villela de Azevedo

República Democrática e as mortes violentas de políticos

Em um ano eleitoral onde já tivemos tiros contra a caravana de um pré candidato, atentado a facada em outro, e declarações de que se devia “metralhar” os adversários, podemos imaginar que estamos no pior momento de nossa democracia (ao menos em termos eleitorais).

Mas uma visão histórica sobre a situação talvez nos demonstre que a situação não é bem assim. Basta voltar uma eleição para trás e já talvez nos lembremos do pouco explicado acidente aéreo que levou a óbito o candidato Eduardo Campos.

No México, neste mesmo ano de 2018,

veram dividir o império em três (muitas das vezes o reino se mantém unido, e os irmãos derrotados).

Muitos casos como o de Leonor de Aquitânia, que no século XIII se uniu ao seu filho Ricardo Coração de Leão e ao ex marido para destronar o atual marido e ter o poder todo para si e para os filhos, demonstram que a história nem sempre é como o nosso imaginário diz.

Ocorre que em uma democracia, essa disputa sai de uma família nobre e vem para o povo, e então haja civilidade para tentar acalmar os ânimos.



Não é de agora que o poder cega, ou impele a que o político a ele se agarre. A corrupção é um flagelo que persegue o homem detentor do poder, desde sempre. Assim, quando um político na civilizada Atenas se tornava impopular, competia aos cidadãos votarem à sua ostracização. Isto é, escreviam o nome desse político num pedaço de barro chamado **ostraka** e o político era irradiado do poder. Na maior parte das vezes o político podia mesmo ser exilado, sair de Atenas, até ser esquecido... É daqui que surge o votar ao ostracismo... (Fonte: <http://neoarqueo.blogspot.com/2007/04/ostrakaou-votar-ao-ostracismo.html>)

já se contabiliza 122 candidatos mortos (entre todos os cargos disponíveis no pleito) no Brasil, a média é de 16 candidatos mortos por eleição (entre 1996 e 2016).

Apesar do quadro parecer bem assustador, de alguma forma ele parece estar intimamente ligado à ideia de república democrática.

Os Estados Unidos, símbolo de república democrática moderna já teve 4 presidentes assassinados. Sendo os mais famosos: Lincoln, assassinado no teatro, Kennedy assassinado na trajetória para discurso de posse de seu segundo mandato, mas também temos James Garfield e William McKinley.

Todos assassinados durante o seu mandato presidencial. Só no último século tivemos um total de 47 presidentes mortos em exercício pelo mundo, entre eles Paul Doumer, da França em 32, Carranza do México, em 20, Cerro do Peru em 33, ou Narutoviks da Polônia em 22.

A luta pelo poder sempre gerou muitos atentados e mortes. Basta analisar uma simples linha sucessória real, do reino que você escolher, e verá que raras vezes a sucessão ocorre de forma simples (o filho mais velho do casal assume) mas na maior parte das vezes, príncipes vivem pouco, e muitas das vezes há grandes guerras entre os parentes para ver quem herda o reino.

Isso ocorre desde o império Alexandrino (cuja tensão foi tanta que resolveram repartir o império após a morte de Alexandre Magno) ao império Carolíngio, onde os três irmãos após muitas disputas resol-

Na revolução inglesa (primeira a criar uma república na Idade Moderna), o próprio primeiro governante Cromwell, tem uma morte misteriosa (suspeita de envenenamento e, após sua morte, para terem certeza de que ele tinha morrido mesmo, resolvem exumar e mata-lo novamente a força).

Na revolução Francesa as mortes foram tantas que os próprios políticos eleitos (Girondinos e Jacobinos) em geral ou fugiram ou foram mortos pelo governo que criaram, uma máquina chegou a ser criada para isso, a Guilhotina.

Se voltarmos mais no tempo para a república “original”, a romana, veremos que excessos estão presentes desde sempre. Júlio César, mesmo após derrotar os gauleses, gregos, macedônicos e egípcios não conseguiu se livrar das facadas de seus compatriotas senadores.

Talvez os mais civilizados de todos tenham sido os gregos, criadores da democracia, que tentaram organizar a coisa de modo a que o poder nunca fosse capturado a força por um tirano. Criaram a lei do Ostracismo (voto secreto onde o mais votado de todos seria expulso da cidade e perderia seus direitos políticos por 10 anos). Entendiam que seria melhor tirar eles de nosso convívio por força de lei, do que apelar a força. Espero que o espírito grego da democracia paire sobre nós neste período eleitoral.

Professor Leandro Villela é mestre e doutor em História Social pela USP e professor da rede particular de ensino em São Paulo. É autor de coleções didáticas e paradidáticos.

Curso gratuito a distância “Portas abertas para a inclusão”

Gratuito e com emissão de atestado de participação, pode ser cursado por professores de todas as disciplinas, gestores escolares, familiares e demais interessados em inclusão de pessoas com deficiência na escola



No Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, 21 de setembro, o Instituto Rodrigo Mendes (IRM) lançou, em parceria com o UNICEF e a Fundação FC Barcelona, o curso Portas abertas para a inclusão na modalidade de educação a distância (EAD).

O curso é totalmente gratuito e autoinstrucional, ou seja, não requer presença física nas aulas. Outro destaque é o fato de ser acessível, com recursos de Língua brasileira de sinais (Libras), legendas e audiodescrição.

Os sete módulos que compõem o Portas abertas EAD podem ser cursados conforme o tempo disponível de cada participante. Com 40 horas de duração total, eles abordam diversos temas da inclusão escolar no Brasil: histórico e legislação, acessibilidades, práticas inclusivas e conceitos de educação física inclusiva. Os conteúdos são independentes e cada cursista pode decidir em que ordem abordá-los e quanto tempo se dedicará a concluir todos eles, com exceção do módulo “Projetos”, que deve ser, obrigatoriamente, o último. As aulas do Portas abertas para a inclusão são compostas por vídeos, textos e videoaulas que articulam teoria e prática sobre educação inclusiva. Cumpridas todas as etapas, o Instituto Rodrigo Mendes emite um atestado de participação.

“Com a versão EAD, o objetivo do Instituto é chegar a todos os municípios brasileiros. Temos evidências sólidas de que a Educação Física, quando trabalhada de maneira inclusiva, transforma a vida da escola, dos professores e, mais importante, dos estudantes, na medida em que amplia muito suas possibilidades de futuro”, diz Rodrigo Mendes, superintendente do Instituto.

“Com o Portas abertas EAD, contribuímos para que todas as escolas públicas brasileiras possam garantir o direito de aprender a cada menina e cada menino, notadamente aqueles

com deficiência”, afirma Ítalo Dutra, chefe de Educação do UNICEF no Brasil.

O curso estará disponível a partir do dia 21 de setembro, e os interessados podem se cadastrar em www.portasabertasparainclusao.org

Histórico

Entre 2012 e 2016, o projeto Portas abertas alcançou mais de 91 mil estudantes em 15 estados. Ao todo, 916 educadores participantes do curso foram certificados na modalidade semipresencial. O projeto se relaciona, de sua origem à expansão, com os megaeventos sediados no país nos últimos anos — a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. “O Portas abertas já é projeto reconhecido globalmente. Agora, com a disponibilização no formato EAD, aumenta o impacto que provoca. Cada cursista pode desempenhar papel fundamental para colaborar com a inclusão de mais crianças e adolescentes na escola comum por meio da Educação Física”, diz Florence Bauer, representante do UNICEF no Brasil.

Sobre o Instituto

O Instituto Rodrigo Mendes (IRM) é uma organização sem fins lucrativos e que tem como missão colaborar, para que toda pessoa com deficiência tenha uma educação de qualidade na escola comum. O objetivo principal é fazer parte da construção de uma sociedade inclusiva, que garanta a igualdade de direitos e valorize as diferenças humanas. Desde 1994 desenvolve programas de educação inclusiva, como o projeto Portas abertas para a inclusão, o curso Ensino médio inclusivo e o portal DIVERSA. Suas iniciativas já impactaram 1.4 milhões de estudantes atendidos e 2.240 professores.



PROFESSOR: Seu trabalho resultou em aprendizagem?

Mande sua sugestão de pauta: jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br

www.facebook.com/Jornal da Educação
www.jornaldaeducacao.inf.br

ACESSO PARA CELEBRAR

O diagnóstico e o tratamento precoces mudaram a imagem do câncer de mama, que deixou de ser uma sentença de morte.

A VIDA

#SBMCONTRAOCANCERDEMAMA

No entanto, a doença continua sendo a que mais mata mulheres no Brasil e o segundo tipo de tumor mais frequente – só perde para o câncer de pele não melanoma.

Entre os motivos que explicam a alta mortalidade, está o diagnóstico tardio associado ao atraso no início do tratamento. Por isso, a campanha da Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM) chama a atenção para o principal

gargalo que ocorre no país, que é a dificuldade de acesso das mulheres para conseguir atendimento desde o rastreamento para o diagnóstico precoce até o tratamento.

Neste **Outubro Rosa**, com o tema **+ Acesso para Celebrar a Vida**, de acordo com o presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia – Regional Santa

Catarina, Cristiano Steil, o acesso das mulheres com alterações clínicas ou radiológicas precisa ser facilitado.

“O incentivo à realização de exames, como a mamografia, é essencial, mas a luta não acaba aí. Sabemos que a partir do diagnóstico, o quanto antes a paciente der início ao tratamento, maiores serão as taxas de sobrevivência e qualidade de vida”, destaca.

Conhecimento é essencial

Além do acesso, o conhecimento técnico-científico é outro fator que influencia no sucesso do tratamento do câncer de mama. “A informação científica de alto nível garante o diagnóstico precoce e tratamento adequados, evitando os danos que podem comprometer a longo prazo a qualidade de vida e bem estar das mulheres, como as mutilações e as sequelas do tratamento quimioterápico”, explica Cristiano.

Para isso, SBM/SC investe continuamente na promoção de eventos que aprimorem a formação dos especialistas envolvidos no tratamento de doenças das mamas e visando incentivar o conhecimento técnico-científico, a Sociedade criou o Clube da Mama. “Através de reuniões científicas mensais, o projeto visa o debate sobre temas controversos referentes ao tratamento, trazendo informação de alto nível.”

No entanto, além da teoria é preciso valorizar a prática, através da estreita relação entre o mastologista e sua paciente no momento angustiante do diagnóstico. “O apoio e acolhimento neste momento de dor e fragilidade são decisivos para que elas encarem o tratamento com confiança e tranquilidade”, finaliza.

RÁPIDAS

Mestrado em Ensino de Física - Estão abertas até 24 de outubro as inscrições em processo seletivo do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (MNPEF). A iniciativa em rede da Sociedade Brasileira de Física (SBF) oferece 10 vagas para ingresso em 2019 no polo do Campus Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Voltado a professores da Educação Básica, com o objetivo de aprimorar sua formação quanto ao domínio de conteúdos de Física e de técnicas de ensino. São três as linhas de pesquisa do Programa: 1. Física no Ensino Fundamental; 2. Física no Ensino Médio; e 3. Processos de ensino e aprendizagem e tecnologias de informação e comunicação no ensino de Física. O processo seletivo para ingresso em 2019 terá duas etapas: uma prova escrita nacional sobre tópicos de Física Geral e uma prova de defesa de memorial, na qual o candidato deverá discorrer oralmente sobre a sua trajetória profissional. Mais informações sobre inscrições e a prova nacional estão no site do MNPEF (em www1.fisica.org.br/mnpef/). Já informações sobre a segunda etapa do processo seletivo estão no site do PROFIS-So, em www.mnpefsorocaba.ufscar.br.

O Jornal da Educação está no FACEBOOK Curta e siga informado



Residências Multiprofissional e Médica - Estão abertas as inscrições para os programas de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família e de Residência Médica em Medicina da Família e Comunidade, da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), nas cidades de Balneário Piçarras, Brusque, Itajaí e Itapema. As inscrições devem ser efetuadas até o dia 5 de novembro, na Secretaria de Pós-Graduação, localizada na sala 114 do bloco B6, no Campus Itajaí. Na Residência Multiprofissional são ofertadas 53 vagas com bolsas de R\$3.330,43, para profissionais nas seguintes áreas: Educação Física (6 vagas), Enfermagem (11 vagas), Farmácia (5 vagas), Fisio-

terapia (7 vagas), Fonoaudiologia (6 vagas), Nutrição (7 vagas), Odontologia (4 vagas) e Psicologia (7 vagas). Já na Residência em Medicina há 8 vagas, também com bolsas de R\$ 3.330,43. Os cursos de especialização (lato sensu) são realizados pela Univali em parceria com o Sistema de Saúde dos municípios de Balneário Piçarras, Brusque, Itajaí e Itapema. O selecionado poderá ser alocado em qualquer uma das Unidades de Saúde das cidades parceiras. Os documentos, etapas do seletivo e demais detalhes do processo estão previstos nos editais, disponíveis em www.univali.br/editais. Mais informações: (47)3341-7534, Secretaria de Pós-Graduação / (47) 3341-7879, Mestrado em Saúde.



ELEIÇÕES E ENSINO MÉDIO

Por Norberto Dallabrida¹
Coordenador do Observatório do Ensino Médio em Santa Catarina



Os dados do SAEB e IDEB publicados recentemente confirmam que o ensino médio é a etapa frágil da educação básica. Essa avaliação é verificada há no mínimo duas décadas, e os governos não deram respostas adequadas para revertê-la.

Em Santa Catarina os índices do SAEB e IDEB são menos piores do que aqueles verificados em nível nacional, mas a situação também é constrangedora porque destoa do estado catarinense, considerado o mais eficiente do Brasil pelo ranking do jornal Folha de S. Paulo. A questão do ensino médio catarinense envolve um triplo problema: em primeiro lugar, a exclusão de jovens no ensino médio.

Segundo dados do Direde/Ined, em 2017 havia em Santa Catarina 21.619 jovens de 15 a 17 anos fora da escola, o que equivale a aproximadamente 7% dessa população escolar. Trata-se de uma catástrofe porque a falta de inclusão do jovem no ensino suprime o seu futuro como cidadão.

Em segundo lugar, a evasão

escolar no ensino médio. Os dados do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude do Ministério Público de Santa Catarina indicam que a evasão escolar cresce levemente nos anos finais do ensino fundamental, mas explode no ensino médio. Os jovens que não estão na escola ou a abandonam, aumentam o grupo “nem nem” e/ou provocam o fenômeno da juvenilização da EJA.

Por fim temos a falta de qualidade do aprendizado no ensino médio, particularmente no sistema público estadual, que ocupa as últimas colocações nas avaliações nacionais. Esta situação se deve à falta de infraestrutura das escolas, à gestão ineficaz e sobretudo à ausência de uma carreira docente atraente. Sem valorização docente substantiva não haverá mudança estrutural no ensino médio.

Nos planos dos candidatos ao executivo catarinense não constato proposta consistente para enfrentar a fragilidade do ensino médio na rede estadual. Neste segmento, a sociedade catarinense exige atitude política mais ousada.

Norberto Dallabrida é professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Coordenador do Observatório do Ensino Médio em Santa Catarina (OEMESC). E-mail: norbertodallabrida@gmail.com



Silas Malafaia está de novo furioso com a TV Globo. O motivo é o beijo gay entre dois atores masculinos, exibido na novela “Orgulho e Paixão”. Religiosos fundamentalistas como Malafaia são contra a homossexualidade porque a Bíblia e a Igreja a condenam. “Ah, não sou fundamentalista, MAS, acho errado”, dizem alguns.

Tudo no mesmo barco. Foram igualmente influenciados pelos “detentores da verdade moral”, os mesmos que no passado queimavam na fogueira cientistas, judeus, homossexuais e mulheres acusadas de bruxaria e adultério, além de espetarem com agulhas as partes íntimas de meninas “possuídas por demônios” (na verdade, histéricas e epiléticas). O que poucos sabem, talvez nem

[Davi] para vergonha tua, e para vergonha de tua mãe?” (1 Samuel 20,30). E aqui Jônatas reencontra Davi, que se escondera para não ser morto por Saul: “Levantou-se Davi da banda do sul, e lançou-se sobre o seu rosto em terra, e inclinou-se três vezes; e beijaram-se um ao outro, e choraram ambos, mas Davi chorou muito mais. E disse Jônatas a Davi: Vai-te em paz, porquanto nós temos jurado ambos em nome do Senhor, dizendo: O Senhor seja entre mim e ti, e entre a minha descendência e a tua descendência perpetuamente.” (1 Samuel 20,41). Quando Davi soube que Jônatas foi morto em batalha, lamentou nesses termos: “Angustiado estou por ti, meu irmão Jônatas; quão amabilíssimo me eras! Mais maravilhoso me era o teu amor do que

MALAFIAIA, BEIJO GAY E O AMOR ENTRE DAVI E JÔNATAS



o Malafaia, é que um dos mais queridos de Deus era homossexual: o rei Davi, do qual descendia Jesus. É o que acreditam diversos estudiosos. Em que pese Davi ter desposado oito mulheres, e gerado muitos filhos, seu grande amor era Jônatas. Há diversos indícios que corroboram com essa afirmação:

“Ora, acabando Davi de falar com Saul, a alma de Jônatas ligou-se com a alma de Davi; e Jônatas o amou como à sua própria alma.” (1 Samuel 18,1). Quando o rei Saul suspeita que seu filho tem um caso amoroso com Davi, sofre um ataque de fúria: “Então se acendeu a ira de Saul contra Jônatas, e ele lhe disse: Filho da perversa e rebelde! Não sei eu que tens escolhido o filho de Jessé

o amor das mulheres.” (2 Samuel 1,26).

Apologistas bíblicos fazem malabarismos para explicar que o amor entre Davi e Jônatas era semelhante ao amor de irmãos. Mas esse argumento não escapa às análises históricas e culturais da época.

Na Antiguidade, o termo “irmão” era comum ser usado entre amantes, seja entre homem e mulher, ou entre dois homens. A Bíblia católica fez traduções que fugissem da suspeita do amor romântico entre Davi e Jônatas, trocando termos como “amor” por “amizade”, por exemplo. Estudiosos dos textos originais dizem que a Igreja não queria que vinculasse o mais famoso parente de Jesus a um homossexual.

Fernando Bastos é escritor, ilustrador e artista plástico. Publicou dois livros: “Teofania” e “Crimes em nome de Deus”. E-mail: fernandoilustrador@gmail.com e Facebook: <https://www.facebook.com/fernandocesar.bastos>

Revista científica digital já está on line

O JE Caderno Científico lançado no final do mês de agosto é a nova publicação que pretende divulgar. Artigos científicos e de opinião, relatos de experiências e resenhas especialmente as do setor educacional são analisadas pela comissão científica coordenada pelo professor Norberto Dallabrida. Pesquisadores, estudantes e profissionais da educação já podem submeter seus trabalhos para a próxima edição.

A primeira edição pode ser acessada livremente no site do Jornal da Educação. Neste primeiro número, o JE Caderno Científico publica cinco artigos científicos, um relato de experiência escolar e uma resenha.

Os artigos têm os seguintes títulos e autores:

=> *A observação psicopedagógica inicial: a anamnese como diagnóstico inicial*, de Gilmar de Oliveira;

=> *Conhecer para intervir: a importância de olhar para as famílias na prática da orientação educacional*, de Juliana Topanotti dos Santos de Mello;

=> *A leitura e a Língua Portuguesa no Ensino Superior*, de Almira Luíza Borba Corrêa;

=> *Apropriações múltiplas na construção do core curriculum nos vocacionais (São Paulo, 1961-1969)*, de Yomara Feitosa Caetano Oliveira;



=> *A influência da filosofia oriental do karatê na melhora da indisciplina escolar*, de Maykon Caldeira dos Santos e de Márcia de Souza Pedroso Agustini.

=> *A literatura de cordel como possibilidade de ampliação de habilidades nos processos de autoria* é o título do relato de experiência, escrito por Kétarine de Matos Gomes e Jordelina Beatriz Anacleto Voos, que focaliza o uso da literatura de cordel nos anos iniciais do ensino fundamental;

A resenha, de autoria de Bianka Maria Delagrancia, apresenta uma resenha de um livro sobre trajetória escolar de mulheres de elite.

Acesse - Leia - Divulgue!

www.jornaldaeducacao.inf.br/artigos-cientificos



Acesse o portal do Jornal da Educação e saiba como ter resenhas, artigos científicos e de opinião e relatos de experiência de professores publicados na 2ª edição JE Caderno Científico - a revista científica digital da educação de SC.